



PCMG integra operação Trem da Alegria em Guapé

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) participou, na manhã desta quarta-feira (7/2), da operação Trem da Alegria, desencadeada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) visando desmantelar organização criminosa atuante na cidade de Guapé, no Sul do estado.

O grupo alvo da ação é investigado por crimes de corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro e entrega de veículo automotor a pessoa não habilitada. Há mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em desfavor do prefeito municipal, do procurador-geral do município, do diretor-geral do Saae, do gestor de obras e de dois empresários.

Na operação, por meio da Procuradoria de Justiça Especializada em Ações de Competência Originária Criminal (PCO), do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), núcleo Varginha, e da Coordenadoria Regional de Defesa do Patrimônio Público (Sudoeste de Minas Gerais), em ação conjunta com as Polícias Civil, Militar e Penal, estão sendo cumpridos 26 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo TJMG, nas cidades de Guapé/MG e Rio de Janeiro/RJ, seis mandados de prisão preventiva e seis mandados de afastamento dos cargos públicos.

Já foi oferecida denúncia contra seis pessoas pela prática de oito crimes. Segundo as investigações, os denunciados são parte integrante de um grande esquema de corrupção que se instalou no município de Guapé, consistente na obtenção de vantagens indevidas, em razão do cargo de prefeito municipal, na forma de bens imóveis (terrenos), de empresários do setor imobiliário (loteadores). Uma vez consumados os atos de corrupção, os integrantes da organização ocultam a origem e a propriedade de tais bens por intermédio de operações de lavagem de dinheiro (os bens são escriturados e/ou registrados em nome de terceiros ou permanecem em nome do empreendedor até a ordem de transferência). Paralelamente, também utilizam, indevidamente, em proveito próprio, bens públicos. Eles são investigados, ainda, por fraudes e desvios na execução de contratos administrativos e em licitações.

As prisões foram decretadas pelo TJMG para a garantia da ordem pública e por conveniência da investigação e da instrução processual penal. Os denunciados planejavam ocultar documentos, combinavam versões e cogitavam atentar contra a vida e a saúde de pessoas de alguma forma envolvidas nas apurações.

Participam das diligências 128 pessoas, sendo cinco promotores de Justiça, 12 servidores do Ministério Público, 57 policiais militares, 45 policiais civis e nove policiais penais. Foram empenhadas 35 viaturas e uma aeronave. As investigações prosseguem.

*Texto adaptado do MPMG